

ZERO lança iniciativa de financiamento colaborativo

2 de Dezembro, 2020

A ZERO (Associação Sistema Terrestre Sustentável) quer mobilizar a sociedade portuguesa para participar ativamente na valorização dos serviços dos ecossistemas e na preservação da biodiversidade, lê-se no comunicado enviado à imprensa. Para tal, em breve, a associação ambientalista vai disponibilizar um mecanismo voluntário de compensação de impactes ambientais não evitáveis que liga os agentes económicos e os cidadãos aos fornecedores de serviços dos ecossistemas (por exemplo, o sequestro do carbono, a qualidade do ar, a qualidade e disponibilidade de água, a preservação da diversidade genética, a prevenção da erosão dos solos, a regulação do ciclo de nutrientes, a polinização ou a mitigação de catástrofes, entre outros).

Aliando uma lógica de remuneração dos fornecedores (oferta) destes serviços com o desenvolvimento de um “mercado” que mobilize e organize os potenciais subscritores (procura), o valor dos ecocréditos angariados servirá para “financiar diretamente uma bolsa de projetos de proprietários” que promoverão “ações de restauro dos ecossistemas” preferencialmente em espaços da Rede Natura 2000, valorizando economicamente os benefícios que são proporcionados ao conjunto da sociedade.

Com este sistema, a implementar de acordo com as regras do financiamento colaborativo (*crowdfunding*), oferece-se uma “solução de investimento” cujo retorno reverte na “melhoria da pegada ecológica” de quem subscreve os ECOCRÉDITOS, possibilitando não só o “reforço da sua eficiência económica e ambiental” mas também da sua “legitimidade e credibilidade na sociedade”, refere a ZERO.

De acordo com a associação, existirá uma bolsa de projetos candidatados por proprietários, arrendatários ou usufrutuários de propriedades rústicas com a presença de habitats ou espécies (incluindo as espécies de aves) que necessitem de ações destinadas a manter ou a melhorar o seu estado de conservação. A área destes terrenos afeta à conservação e ao fornecimento de serviços de ecossistema é convertida em ecocréditos, em que um metro quadrado corresponde a um ecocrédito (1 m² = 1 ecocrédito) que poderá ser adquirido por pessoas singulares e coletivas num plano anual de subscrição. O valor de cada ecocrédito será de 1 euro e será convertido num metro quadrado de intervenção em terrenos selecionados (1 euro = 1 m² = 1 crédito = 1 euro).

O investimento será alocado a ações que permitam reabilitar os ecossistemas (70%), à remuneração dos proprietários e gestores dos terrenos que contratualizem a aplicação de ecocréditos com o sistema (25%) e à auditoria, monitorização e avaliação das ações concretizadas no terreno (5%).

A constituição da bolsa de projetos começará a ser constituída a partir deste mês e o período de subscrição de ecocréditos por pessoas singulares e coletivas decorrerá no final de janeiro.

O projeto [ECOCRÉDITOS](#) é financiado pelo Fundo Ambiental, no âmbito da Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020, na área da promoção de uma cultura cívica que valorize o património natural português e que permita à sociedade viver de forma sustentável com os recursos naturais dentro dos limites do Planeta.